



Correspondente bancário

Entenda por que a multiplicação de estabelecimentos comerciais que prestam serviços exclusivos aos bancos resulta em perniciosa terceirização da mão de obra, desvalorização dos bancários, insegurança e riscos aos clientes e usuários



Convênios Fenaes

Reunimos utilidades para o seu bem-estar



mabe



DAKO

Continental
e de confiança



BOSCH



The power to do more



Turismo &
Representações

Pensando em você

Electrolux

VOCÊ ESCOLHE!



Acesse o site www.fenae.org.br e desfrute dos benefícios exclusivos para os empregados da Caixa associados das Apcefs, funcionários da Fenaes e do Grupo PAR.



Pará - academia de
música e tecnologia

O uso indiscriminado dos correspondentes bancários, caracterizado pela terceirização de mão de obra em oposição à desvalorização e às precárias condições de trabalho para os empregados do banco, resultando ainda em risco para os clientes e usuários, é o tema da matéria de capa desta edição de **Fenae Agora**. O assunto será destaque nos debates da campanha salarial de 2011 e envolve vários aspectos que a revista buscou identificar para a reflexão do empregado da Caixa.

Sugerimos, ainda, a leitura da entrevista com o presidente do Sindifisco Nacional, Pedro Delarue, sobre o sistema tributário nacional. Ele explica porque o país tem um sistema injusto de arrecadação de tributos e defende a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas.

A revista também traz as fotos da festa de 40 anos da Fenae e da posse da diretoria, além de dicas de uso da internet, passeio turístico e os eventos esportivos e culturais promovidos pela Federação.

Maria Bonita – A redação recebeu e-mail de Vera Ferreira, neta de Lampião e Maria Bonita, esclarecendo que – diferentemente do publicado na **Fenae Agora** nº 68 – a rainha do cangaço teve somente uma filha, Expedita Ferreira Nunes, que reside em Aracaju. “Os outros supostos filhos citados são, comprovadamente, irmãos de Maria Bonita”, esclareceu. <

Boa leitura!

➤ Editorial 4



➤ Aposentados 5



➤ Entrevista 6



➤ Mundo Caixa 9



➤ Capa 10



➤ Artigo 14



➤ Movimento 15



➤ Fenae 18



➤ Funcef 22



➤ Apcef 24



➤ Cultura 25



➤ Esporte 26



➤ Responsabilidade social 28



➤ Memória 29



➤ Pegadas 30



➤ Artigo 32



➤ Rede 34



Expediente:

Administração e redação: Setor Comercial Sul, quadra 1, bloco C, n.º 30, Edifício Antônio Venâncio da Silva, 5º andar, Brasília (DF) - CEP: 70395-900 - Telefone: (61) 3323-7516 - Fax: (61) 3226-6402 - www.fenae.org.br - imprensa@fenae.org.br - **Diretoria Executiva - Diretor-presidente:** Pedro Eugenio Beneduzzi Leite. **Diretor vice-presidente:** Jair Pedro Ferreira. **Diretora de Administração e Finanças:** Fabiana Cristina Meneguele Matheus. **Diretor de Comunicação e Imprensa:** Daniel Machado Gaio. **Diretor de Esportes:** Paulo César Barros Cotrim. **Diretora de Cultura:** Ely Custódio Freire. **Diretor para Assuntos de Aposentados e Pensionistas:** Olívio Gomes Vieira. **Diretoria Executiva:** Paulo Roberto Damasceno, Kardec de Jesus Bezerra, Maristela da Rocha, Marcos Benedito de Oliveira Pereira. **Conselho Fiscal - Titulares:** Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Paulo Cesar Matileti, Laércio Silva. **Suplentes:** Anabele Cristina Silva, Jorge Luiz Furlan, Daniel Pinto de Azeredo. **Conselho Deliberativo Nacional - Presidente:** José Áureo de Oliveria Junior. **Vice-presidente:** Cely Nascimento. **Secretário-geral:** Vera Lúcia Barbosa Leão. **Gerente de Comunicação:** Eurico Batista. **Jornalistas:** Antônio José Reis, Evando Peixoto, Amanda Vieira e Andréa Viegas. **Mundo Caixa e Responsabilidade Social:** Thiago Turbay. **Fotos:** as não identificadas são de autoria de Augusto Coelho. **Design:** Lisarb Sena de Mello e Marcelo Villodres. **Ilustrações e projeto gráfico:** Lisarb Sena de Mello. **Colaboradores:** Mylton Severiano e Fernando Nogueira. **Impressão:** Teixeira. **Tiragem:** 120 mil exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Distribuição gratuita.



Estamos na luta!

Por todo o país, as categorias de trabalhadores já estão mobilizadas para a campanha salarial de 2011. A Fenae, seguindo a sua tradição e com o peso de sua história de 40 anos, mais uma vez se coloca à frente das lutas pelos direitos trabalhistas e previdenciários do pessoal da Caixa, fortalecendo ainda mais as parcerias com a Contraf/CUT e com os Sindicatos dos Bancários.

O norte da campanha salarial da categoria virá da 13ª Conferência Nacional dos Bancários, marcada para os dias 29 a 31 de julho, em São Paulo, que reunirá os temas debatidos nos encontros e conferências regionais realizados no mês de junho. É nesses eventos que os bancários definem as prioridades, a pauta de reivindicações e a estratégia de luta da campanha salarial. Para o pessoal da Caixa, que mantém negociação permanente com a empresa, os assuntos específicos serão debatidos no Congresso Nacional dos Empregados da Caixa – o Conecef, que este ano será nos dias 9 e 10 de julho.

O tema do 27º Conecef – **“Valor e dignidade para quem dá sustentação à Caixa”** – retrata a necessidade de avançarmos nas conquistas de direitos para os empregados que há 150 anos dedicam seu trabalho e suas vidas pelo crescimento, modernização e respeito ao maior banco público do país. Não podemos esquecer que as conquistas alcançadas ao longo desses anos só foram possíveis devido à mobilização e à demonstração de força da categoria.

As mudanças no cenário político nacional desde a posse da presidenta Dilma Rousseff, em especial a renovação da diretoria da Caixa e a troca de comando na Funcef, exigem renovação de ânimo e atenção redobrada do pessoal da Caixa. Será a primeira vez que vamos tratar de assuntos tão importantes com essa atual composição de diretores. Há muitos pontos em que as negociações precisam avançar para se concretizar em benefícios para os trabalhadores. É hora de mostrarmos a força que vem da união de nossa categoria.

Sabedora da importância do Conecef para a categoria, a Fenae apoia e coloca toda a sua estrutura a serviço do Congresso. Mais uma vez, a Fenae está na luta.◀

Por que mudou a conta?

Entenda por que a Funcef criou uma conta-salário para que aposentados e pensionistas recebam seus benefícios

Iniciada no mês de maio, a implantação da nova conta-salário para recebimento dos benefícios da Funcef está ocorrendo de forma gradativa entre os estados, mas já vem gerando questionamentos. Os aposentados e pensionistas se perguntam: afinal, por que a Funcef criou outra conta para eu receber meu benefício?

O questionamento é justo e tem uma explicação. A medida foi tomada devido às Resoluções nº. 3402/2006 e 3424/2006 do Banco Central, que obrigam os bancos a abrirem contas transitórias, denominadas popularmente de “conta-salário”, para recebimento de créditos de salários, proventos, pensões, entre outros.

O secretário geral da Funcef, Geraldo Aparecido da Silva, explica que as entidades fechadas de previdência complementar estão incluídas nessas resoluções: **“Essas contas têm movimentação restrita e são isentas de tarifas. Trata-se de uma obrigação legal e não de iniciativa da Funcef ou da Caixa.”**

Ele antecipa: a partir de janeiro de 2012, também os empregados ativos da Caixa receberão seus



salários por intermédio de conta-salário, conforme determina o Banco Central.

Outro questionamento: já que era necessário criar uma conta, por que ela foi criada no Distrito Federal e não no local de fácil acesso aos beneficiários? Geraldo responde: **“A localização da conta em Brasília deveu-se à necessidade de facilitarmos a abertura dessas contas, que ficam vinculadas ao CNPJ da Funcef”**. O demonstrativo de pagamento poderá ser consultado de qualquer lugar do país, por meio do site da Fundação, pelo link www.funcef.com.br/autoatendimento/demonstracoes/contracheques.<



Jogos dos Aposentados

A segunda edição dos Jogos dos Aposentados será realizada pela Federação Nacional dos Aposentados e Pensionistas da Caixa (Fenacef), de 22 a 27 de julho, em Brasília (DF). A Fenaef vai apoiar o evento. O diretor da Fenaef para Assuntos de Aposentados, Olívio Gomes Vieira, avalia que a realização dos jogos evidencia a necessidade de trabalharmos o bem-estar, a qualidade de vida e a valorização dos aposentados.

Pedro Delarue

Engenheiro civil,
pós-graduado em
Engenharia Econômica.
Iniciou sua carreira como
auditor-fiscal da Receita
Federal no concurso
de março de 1994. É
presidente do Sindifisco
Nacional, no biênio
2009/2011



É necessário criar o Imposto sobre **Grandes Fortunas**

O Brasil não tem a carga tributária mais alta, mas um sistema injusto que pesa muito sobre o consumo, é leve sobre o patrimônio e não alcança as grandes fortunas. A avaliação é do presidente do Sindifisco – Sindicato Nacional de Auditores Fiscais da Receita Federal Nacional, Pedro Delarue. Para ele, as alterações na legislação contrariam os princípios constitucionais de capacidade contributiva e solidariedade. As famílias com renda até dois salários mínimos pagam 46% de impostos, enquanto as mais ricas gastam somente 16% com tributos.

Na entrevista à **Fenae Agora**, Pedro Delarue analisa o sistema tributário nacional e aponta as correções necessárias para tornar a tributação justa e democrática.

O Sistema Tributário Nacional

O sistema tributário brasileiro, a partir de 1990, caminhou no sentido contrário aos princípios da Constituição, que são a base para um sistema tributário com justiça fiscal e social. A começar pela solidariedade – a isonomia, a universalidade, a capacidade contributiva, a essencialidade; a tributação deve ser direta, de caráter pessoal e progressiva. Contudo, as leis infraconstitucionais acabaram moldando um sistema tributário extremamente injusto, marcado por tributos indiretos e regressivos.

Essa elevada regressividade não encontra paralelo em outros países. O Brasil tira a maior parte de sua receita de tributos indiretos e cumulativos, que oneram mais o trabalhador e os pobres, com alta carga tributária sobre o consumo - mais da metade são tributos sobre bens e serviços - e uma baixa tributação sobre a renda - 28%. Situação inversa é a dos países da OCDE: os impostos sobre o consumo representam 31,9% da tributação total, em média; o imposto sobre a renda é 34,9% do total dos tributos arrecadados e a tributação sobre propriedade, 5,6%. Em alguns países do capitalismo central, os impostos sobre patrimônio representam mais de 10% da arrecadação tributária, como Canadá (10%), Japão (10,3%), Coréia (11,8%),

Grã-Bretanha (11,9%) e EUA (12,15), enquanto no Brasil eles representam apenas 3,72%.

Nos países mais desenvolvidos, a tributação sobre o patrimônio e a renda constitui a base da incidência tributária. Enquanto no Brasil a principal base de incidência é o consumo.

Tributação e concepção de Estado

A receita pública, composta principalmente por tributos, é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Serviços de segurança, educação, saúde e transporte, entre outros, dependem da ação do Estado.

O sistema tributário depende também da nossa concepção de Estado: qual é o modelo de Estado que desejamos construir? Um Estado mínimo ou um Estado de direito democrático e social, que assegure liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça? É exatamente este último modelo de Estado que os constituintes de 1988 definiram.

Precisamos de um sistema tributário que resgate os princípios constitucionais e que tenha como pilar a tributação da renda e do patrimônio.

Carga tributária injusta, não elevada

Um conceito importante é o da carga tributária líquida, isto é, a carga tributária bruta menos os subsídios aos produtores e as transferências de previdência e assistência social às famílias e às instituições sem fins lucrativos, que significa uma transferência quase imediata de renda. É bem menor que a carga tributária bruta entre 1995 e 2008. Somando também o que fica retido pelos credores do Estado na forma de pagamento de juros, a carga tributária líquida tem permanecido estabilizada em 12% do PIB, desde 2000.

O Brasil não tem a mais alta carga tributária, como se divulga. Nossa carga tributária é injusta, e aqueles que menos pagam impostos (bancos e empresários) são os que mais reclamam. Concordamos com a proposta da CUT e com o que o Sindifisco historicamente defende.

A questão é de justiça tributária, e não de redução da carga tributária. O financiamento das políticas sociais e a construção de sistemas universais de proteção social devem ser financiados pelos que têm mais renda e patrimônio.

Carga maior para quem ganha menos

Segundo estudo baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2002/2003, as famílias com renda de até dois salários mínimos têm carga tributária de 46% da renda familiar, enquanto as famílias com renda superior a 30 salários mínimos gastam 16% com tributos. Isso ocorre porque 55% da carga tributária são sobre o consumo.

Nem todos os rendimentos tributáveis de pessoas físicas são levados à tabela progressiva do imposto de renda e sujeitos ao ajuste anual de declaração de renda. Enquanto a tributação dos salários obedece às quatro alíquotas estabelecidas, os rendimentos decorrentes de renda fundiária variam de 0,03% a 20% e os rendimentos de aplicações financeiras têm alíquotas entre 0,01% e 22,5%. E os ganhos de capital na alienação de bens e direitos têm alíquota de 15%. Essa situação evidencia maior tributação sobre as rendas derivadas do trabalho.

A falta de isonomia tributária criou uma situação esdrúxula, com “poucos” contribuintes de elevada renda tributável. Por exemplo, das 23,5 milhões de declarações de IR de 2006 (exercício 2007), apenas 5.292 contribuintes apresentaram rendimentos tributáveis acima de R\$ 1 milhão. Mas, o número de milionários no país não para de crescer. Conforme o levantamento da The Boston Consulting Group (BCG), o Brasil tinha, em 2008, 220 mil milionários, uma expansão de 15,7% em relação ao ano anterior.

Rendimentos de capital fora da progressividade do IR

O Brasil tem poucas alíquotas de Imposto de Renda, mesmo tendo aumentado para quatro faixas. A alíquota inicial de 7% é muito alta para os padrões internacionais e a alíquota final de 27,5% acaba sendo muito baixa, o que reduz a progressividade do sistema.

Não basta criar mais alíquotas de imposto de renda. O principal é reverter a legislação, que não submete à tabela progressiva os rendimentos de capital e de outras rendas, que são tributados com alíquotas inferiores ao IR incidente sobre a renda do trabalho. A incidência

exclusiva na fonte de determinados rendimentos provoca discriminações na origem da renda, que acaba com tributação proporcional e não-progressiva.

É preciso avançar na tributação sobre o patrimônio. A carga tributária sobre patrimônio no Brasil tem participação irrisória no montante arrecadado, 3,72%, ou 1,23% do PIB.

Num país com notórias distorções de renda, é uma afronta que proprietários de jatos, helicópteros, iates e lanchas sejam isentos de imposto sobre a propriedade desses bens. E o IPVA deve ser progressivo conforme a renda dos proprietários de veículos de luxo e de carro popular.

Princípio constitucional da capacidade contributiva exige o IGF

É necessário implementar o Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF). O sistema tributário brasileiro não alcança apropriadamente o conceito de fortuna. Muitos bens e direitos, adquiridos em razão direta do crescimento da renda, ficam excluídos da tributação. O IGF pode ser a justiça tributária, aplicando-se corretamente o princípio constitucional da capacidade contributiva.

Entretanto, deve-se atentar para as possibilidades de elisão fiscal desse tributo, desestimulando, por meio da legislação, atitudes como a transferência de bens da pessoa física para uma pessoa jurídica como forma de burlar o imposto.

Correção da tabela do IR com recuperação das perdas

No Brasil ocorreu um aumento do número de declarantes de imposto de renda, por conta da não correção da tabela de IR (1996 a 2001). Trabalhadores de mais baixa renda passaram a ser tributados (Lei nº 9.430/1996), enquanto não se observou aumento no quantitativo de contribuintes em função do aumento da renda tributável de elevado potencial contributivo. Por isso, é fundamental a recuperação das perdas passadas na correção da tabela do Imposto de Renda, assim como o estabelecimento de uma política permanente de correção da tabela do IR, de maneira a respeitar o princípio constitucional da capacidade contributiva. ◀



Movimento Cultural do Pessoal da Caixa lança **campanha 2011**

Está em andamento, desde o dia 2 de maio, a campanha do Movimento Cultural do Pessoal da Caixa, que arrecada recursos do Imposto de Renda para a realização do maior projeto cultural do país incentivado por pessoas físicas, o Eu Faço Cultura

Com o slogan “Eu Acredito, Eu Apoio, Eu Transformo”, o projeto *Eu Faço Cultura* completa, em 2011, cinco anos levando semanas culturais para os quatro cantos do Brasil, transformando as cidades por onde passa, com shows, oficinas de arte e cultura. Esse ano, o *Eu Faço Cultura* vai continuar apostando em ações ambientais: como o projeto de neutralização de carbono pelo plantio de 4.200 mudas de árvores, iniciado em Santa Catarina em 2010.

Em 2011, o projeto transformou as cidades que receberam as oficinas culturais em ONGs e instituições de caridade, como a Apae, em Florianópolis, o Ilusão Esporte Clube, em Governador Valadares, Caerpe, em Ribeirão Preto, Pequena Casa da Criança, em Porto Alegre, Centro de Assistência Integral à Criança (CAIC), em Divinópolis, Lar e Escola Monteiro Lobato, em Sorocaba, Centro Espírita Beneficente 30 de Julho, em Santos, Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (Amicc), em São José do Rio Preto, Junta Salvador Pernambues em Ação, em Salvador, Projeto Batucadeiros, em Brasília e a Legião Franciscana de Auxílio aos Necessitados (Lefan), em Caxias do Sul.

Podem participar do projeto os empregados ativos e aposentados da Caixa, empregados do Grupo Caixa Seguros, Fenae, PAR Corretora, Funcef e Apcef, desde que sejam participantes do Mundo Caixa e façam a declaração de IR pelo modelo completo. O empregado deve informar o valor do imposto devido declarado em 2011 (ano-base 2010) para o cálculo do valor da destinação. De acordo com a Lei Rouanet, com a destinação de até 6% do Imposto de Renda devido, os declarantes se tornam fomentadores culturais. Para participar desta corrente que tem levado cultura a milhares de pessoas, basta acessar o endereço www.mundocaixa.com.br/mcpc, onde também estão publicadas as fotos daqueles que já aderiram ao movimento.

Os recursos arrecadados em 2011 vão subsidiar o *Eu Faço Cultura* do próximo ano. O projeto, executado desde 2007, pode passar por mudanças em 2012. Algumas propostas foram apresentadas durante o 2º Seminário do *Eu Faço Cultura*, realizado em 31 de maio, em Brasília (DF). Uma delas é a inscrição de projetos em outra área cultural, que seria definida após consulta aos presidentes das Apcefs. As sugestões estão sendo avaliadas pelo Comitê do EFC.

O seminário contou com a participação dos membros do comitê, da equipe que coordena o projeto, diretores da Fenae e do secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, Jorge Pieiro, que falou sobre o projeto que altera a Lei Rouanet e sobre as ações do Ministério da Cultura.◀

Categoria bancária se move precarização do trabalho no

Tema dos correspondentes bancários será debatido nos fóruns da campanha salarial 2011. Outras frentes de atuação têm sido priorizadas na Caixa e nos demais bancos

Acada dia, o tema dos correspondentes bancários ganha impulso e ocupa o centro do debate da campanha salarial da categoria bancária, tendo em vista que eles trabalham para as instituições financeiras e estão espalhados por casas lotéricas, postos dos Correios (banco postal), farmácias, padarias, supermercados e lojas. Esse tipo de atividade, identificado pela primeira vez em 1973, é uma das formas mais perniciosas de terceirização dos serviços bancários.

Na Caixa Econômica Federal, o uso indiscriminado da bancarização sem bancário deixa alerta o movimento nacional dos empregados. Tanto que o assunto será um dos destaques da pauta do 27º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef), agendado para os dias 9 e 10 de julho, em São Paulo. Um dos propósitos é combater o contraste entre a interposição fraudulenta de mão de obra, conhecida como terceirização, e as precárias condições de trabalho proporcionadas aos empregados do banco, como resultado de uma política de fatos consumados, contrária aos interesses da sociedade brasileira.

Para colaborar com o debate que será feito pelos delegados do 27º Conecef, o coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa) e diretor vice-presidente da Fenaef, Jair Pedro Ferreira, diz que a transferência de tarefas dos bancários da

contra a sistema financeiro

empresa para trabalhadores não-bancários precariza as relações de trabalho e compromete a existência da categoria bancária no país. Ele é da opinião que tanto na Caixa, quanto nos demais bancos, **“os correspondentes bancários estão sendo utilizados para fins opostos daqueles para os quais foram criados, atuando como miniagências bancárias – de correspondentes, portanto, não têm nada”**. E acrescenta: **“Se a Caixa tem a necessidade de contratar correspondentes é porque não está dando conta de atender adequadamente as muitas demandas. A solução, nesse caso, é a contratação de mais empregados por concurso público e a abertura de mais agências”**.

Essa opinião é compartilhada por Miguel Pereira, secretário de Organização da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT). Ele considera um equívoco o fato de as lotéricas terem se tornado uma extensão da rede de atendimento da Caixa, “não só do ponto de vista legal de frustrar a exigência de concurso público para se trabalhar na empresa, mas também porque não

se criam as condições ideais de atendimento pela própria estatal”. Para Miguel Pereira, é um absurdo o que uma empresa pública como a Caixa vem fazendo Brasil afora, ao cercear e até impedir o acesso às suas agências dos usuários e clientes de menor renda, inclusive proibindo depósitos de até R\$ 1 mil nos seus guichês de caixas, redirecionando essas operações para as lotéricas, ou então remeter maletes das agências para serem processados por esses correspondentes, conforme denúncias recebidas pelo movimento sindical bancário. Assim, segundo o diretor da Contraf/CUT, fica caracterizada uma situação altamente discriminatória e ilegal, valendo a indagação: “Isso é papel de banco público? Esse deve ser o padrão de relacionamento com a sociedade?”

Crescimento distorcido do segmento terceirizado

No Brasil, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o segmento dos trabalhadores terceirizados foi o que mais cresceu entre 1995 e 2005, atingindo 8,5 milhões de pessoas. Algumas das explicações para esse avanço é a baixa remuneração, a redução dos custos com pessoal e a ampliação da base de clientes e usuários. No setor bancário, em particular, a maioria dos 180 mil correspondentes em operação no país foi surgindo na mesma proporção em que os bancos experimentaram





uma grande transformação, passando a assumir um papel de vendedores de produtos e serviços.

Concomitante a isso, o processo de concentração bancária, com a fusão e incorporação de alguns bancos por outros, acirrou ainda mais a concorrência e provocou impactos danosos para a categoria bancária, sobretudo em relação ao emprego, renda e à organização e divisão do trabalho. No caso de clientes e usuários, um problema que continua sem resposta é o da falta de segurança. Os correspondentes bancários estão fora da legislação de segurança bancária e dos 15 minutos de espera para atendimento, e as instituições financeiras viram as costas para a reivindicação de suprir essa necessidade premente.

Originalmente, os correspondentes bancários foram criados em regiões onde não havia nenhuma estrutura de agência bancária, para suprir a

necessidade de um serviço especializado durante um breve período. Agora, depois de seis resoluções e algumas portarias do Banco Central, o leque de atuação foi ampliado e os correspondentes bancários se incorporaram à estrutura organizacional das empresas para a segmentação da clientela, passando a realizar todo tipo de operação bancária: transferências, pagamentos e recebimentos de contas, pedidos e análise de empréstimos e financiamento e cadastro, recepção e encaminhamento de proposta de abertura de contas e depósitos, proposta de emissão de cartão de crédito, seguros, atividades de câmbio e títulos de capitalização.

Miguel Pereira, da Contraf/CUT, esclarece que a figura dos correspondentes bancários não encontra amparo legal sob nenhum aspecto e afronta todos os princípios do direito do trabalho, **“seja o da primazia da realidade, sejam os artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), sejam os demais princípios constitucionais que garantem isonomia de tratamento, ou então os que asseguram o valor social do trabalho”**. Na opinião dele, outro elemento jurídico preocupante diz respeito aos direitos do consumidor, devido ao nítido risco de quebra do sigilo bancário na relação estabelecida entre o cliente e o banco.

Combate à precarização do trabalho nos bancos

Esse tipo de serviço traz vantagens apenas para os donos de bancos, ficando os riscos para os bancários e os clientes. Na Caixa, reconhecidamente o banco da casa própria, há o agravante da criação dos correspondentes imobiliários. A CEE/Caixa conclama as entidades de representação dos empregados a atuarem contra essas irregularidades, dado que a questão habitacional está integrada à atividade-fim da Caixa, e faz um alerta: “o papel da empresa não pode ser desfigurado desse jeito, porque senão tudo passa a justificar-se pela falta de estrutura”.

Para se contrapor a essa lógica, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Contraf/CUT estão na luta para intensificar as ações sindicais de mobilização e denúncia à sociedade. Há o entendimento de que os correspondentes

bancários representam uma forma de precarização das condições de trabalho de seus trabalhadores, já que eles não são contemplados pela Convenção Coletiva Nacional dos bancários e não usufruem de jornada de seis horas, piso unificado, Participação nos Lucros e Resultados (PLR) e outros direitos.

Outras frentes de atuação são as denúncias ao Ministério Público do Trabalho, para provar a intermediação ilegal de mão de obra, e as ações judiciais individuais com pedido de apreciação da inconstitucionalidade das recentes medidas do Banco Central. Existe ainda uma articulação com as bancadas do Congresso Nacional, para regulamentar a terceirização no Brasil – projeto de lei nº 1.621/07, de autoria do deputado Vicentinho (PT/SP), que prevê direitos, benefícios e salários iguais em casos de

terceirização das atividades bancárias. Em outra ponta, o decreto legislativo do deputado Ricardo Berzoini (PT/SP), que reivindica a revogação de resoluções do BC, conta com o apoio do movimento nacional bancário.

Em documento divulgado em maio deste ano, a Contraf/CUT defende a universalização dos serviços prestados pelos bancos a toda a sociedade, sem distinção ou discriminações por faixa de renda. A entidade avalia também que os bancos públicos devem ser referência para esse modelo, cumprindo para tanto a missão do Estado de garantir condições dignas de salário, de trabalho e de vida a todos os seus empregados. Para a Contraf/CUT, cabe ainda aos bancos públicos atender satisfatoriamente a todos os que buscam pelos seus serviços.◀



Brasil, o país da **Copa**

Tive o estalo quando assistia a Austrália e Coréia do Norte, fase de grupos da Copa do Mundo de 2014. O monumental estádio vazio permitia a reflexão. “Quem não consegue observar que aprenda a lembrar”. A frase surgiu em minha cabeça do nada, pareceu-me tão absurdamente inteligente que não podia ser minha, devia ser do

Carpinejar. Inspirado, logo criei outra teoria: “quanto pior o jogo, melhor o pensamento”.

Colocando o método em prática, comecei a lembrar tudo que ocorreu. O argumento de que “o Brasil é o País do Futebol” tornou absolutamente lógica sua escolha para acolher novamente o campeonato mundial. O entusiasmo e a capacidade de mobilização que o futebol proporcionava ao país levaram-no a vencer o desafio de sediar a Copa. Problemas de logística, hospedagem, transportes e até de educação social dos taxistas, todos foram abordados de forma nova. O futebol permite momentos de transcendência e de grandes impactos motivacionais.

Foi a oportunidade que o país necessitava para apresentar não só sua capacidade de organização, como também toda a força para captar investimentos e gerar recursos para os setores direta e indiretamente envolvidos em sua realização. Com o acontecimento esportivo de maior apelo midiático do planeta, transformou-se em um dos mais importantes destinos turísticos do mundo.

Deu um salto em modernização institucional. Instituiu o Regime Diferenciado de Contratação, com mudanças significativas na Lei de Licitações, abrangendo não só os projetos das obras dos estádios diretamente necessárias para a realização da Copa e da Olimpíada, mas também a aviação, o trem-bala, as estradas, os aeroportos, os portos, as telecomunicações, a energia, a mobilidade urbana. Para alegria do povo, prefeitos, governadores e presidente usaram o artifício para turbinar a entrega de obras neste ano eleitoral.

Estabelecido o sigilo sobre o valor da obra, a população não soube dos custos para que pudesse se manifestar sobre o investimento. Confiante, deixou para seus dirigentes e os órgãos de auditoria interna e externa toda a responsabilidade de atuação preventiva e fiscalização dos negócios. Superou a percepção

generalizada de que haveria quem se locupletasse com obras públicas. Acabou com a desconfiança atávica de que o atraso pelo descaso e, depois, a pressa pela emergência, ambos atropelariam a fiscalização e afrouxariam todos os controles. Encerrou-se o temor generalizado de que os estádios acabariam sendo subutilizados, simplesmente, denominando-os de “arenas de multiuso”!

Mas, apesar desse sucesso de crítica, a Copa do Mundo está sendo fracasso de público! Por que o público não comparece para assistir essas peladas?! Prefere a comodidade do lar, onde assiste em HDTV com 3D e som estereofônico no qual o telespectador mal consegue distinguir os palavrões?! O futebol mudou ou o aumento da escolaridade levou o público a preferir outros espetáculos?

Epa, terminou mais um jogo OXO. Acordei. Agora será mais complicado, demorado e custoso resgatar recursos públicos que já foram aplicados indevidamente.<



Arquivo pessoal

Fernando Nogueira é professor associado do IE-Unicamp, 56. Foi vice-presidente da Caixa Econômica Federal de 2003 a 2007.
fernandonogueiracosta.wordpress.com
fercos@uol.com.br



Por um único acordo coletivo, bancários deflagram **campanha salarial 2011**

Contraf/CUT busca construir um amplo processo democrático de participação dos bancários, apostando numa grande mobilização que resulte em novas conquistas

O mês de julho será um divisor de águas nas negociações salariais de toda a categoria bancária do país. Neste ano, o calendário de eventos da fase de organização da campanha salarial 2011 culminará com a 13ª Conferência Nacional dos Bancários, que acontece em São Paulo, entre os dias 29 e 31 de julho.

Caberá a essa conferência nacional concluir os debates realizados nas conferências regionais e nos

congressos por bancos. Será o momento da definição da proposta de índice de reajuste para os salários e de outras reivindicações da categoria, aprovando ainda um plano de lutas e uma agenda de mobilizações.

Os 695 delegados desse evento nacional vão definir, a exemplo do que ocorreu em anos anteriores, se a campanha salarial 2011 será unificada, com mesa única para questões gerais e mesas específicas concomitantes. Os temas da pauta são emprego e remuneração, segurança bancária, saúde e condições de trabalho e sistema financeiro nacional. Esses temas, por orientação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), devem ser abordados de forma transversal. O objetivo, nesse caso, é levar em consideração as questões de gênero, raça, orientação sexual e pessoas com deficiência.

Como o maior e mais importante fórum nacional de deliberações da categoria, a Conferência Nacional dos Bancários está sendo precedida de consultas às bases das entidades sindicais, além de conferências regionais e dos congressos nacionais dos bancos públicos federais.

Para Carlos Cordeiro, presidente da Contraf/CUT e coordenador do Comando Nacional dos Bancários, o foco é a construção de um amplo processo democrático de participação dos trabalhadores das instituições financeiras públicas e privadas de todo o país, “única maneira de se ter uma grande mobilização que resulte numa campanha salarial vitoriosa, com novas conquistas para o conjunto da categoria bancária”.

Critérios de participação na conferência nacional

Pelo calendário definido para o evento nacional, cada federação de bancários fica responsável por organizar a sua conferência regional, que deverá

ocorrer, no máximo, até o dia 24 de julho, com escolha de seus delegados e observadores. Os resultados dessas conferências devem ser remetidos para contraf/cut@contrafcut.org.br, com cópia para valter@contrafcut.org.br, até a data de 25 de julho, impreterivelmente, para sistematização de todos os dados. No ato de inscrição para a conferência nacional, as federações deverão distribuir, de forma equitativa, os seus delegados e observadores que participarão dos encontros temáticos, que serão os seguintes: emprego e remuneração (Grupo 1), segurança bancária (Grupo 2), saúde e condições de trabalho (Grupo 3) e sistema financeiro nacional (Grupo 4).

Para a Conferência Nacional dos Bancários, o critério de participação é de delegados e observadores eleitos por federação vinculada à Contraf/CUT, ficando assim a distribuição: Fetec Santa Catarina (14 delegados e 1 observador), Fetec Paraná (33 delegados e 4 observadores), Feeb Bahia e Sergipe (28 delegados e 3 observadores), Fetrafi Rio Grande do Sul (36 delegados



Jair Pedro Ferreira, da CEE/Caixa e Fenaef, é presença constante nos fóruns da categoria

e 4 observadores), Fetraf Minas Gerais (42 delegados e 4 observadores), Fetec Centro-Norte (53 delegados e 5 observadores), Fetec Nordeste (62 delegados e 6 observadores), Feeb Rio de Janeiro e Espírito Santo (77 delegados e 8 observadores), Fetec São Paulo (194 delegados e 19 observadores) e Feeb São Paulo e Mato Grosso do Sul (61 delegados e 6 observadores).

O Comando Nacional dos Bancários, formado por um representante de cada uma das 10 federações, um da Contraf/CUT e um dos maiores sindicatos do país, participará com 35 delegados natos. Também fica assegurada a cota de 30% de gênero, de acordo com os critérios estabelecidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Cada federação poderá inscrever até 10% de observadores da delegação efetiva, no máximo. O observador, aliás, tem direito somente a voz, devendo também ser inscrito em um encontro temático.

Caderno de subsídios para as conferências regionais

Tendo em vista que a 13ª Conferência Nacional dos Bancários é um evento único, reunindo discussões sobre a conjuntura, debates temáticos e estratégia da campanha salarial, a Contraf/CUT encaminhou para as federações e sindicatos de bancários textos orientadores para fomentar esses debates. O documento, denominado de “Caderno de Subsídios”, traz em sua primeira parte um texto sobre emprego decente, adaptado do conceito de trabalho decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT), depois adotado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) como estratégia de luta dos trabalhadores no Brasil para 2011.

Em sua segunda e última parte, o documento da Contraf/CUT aborda os temas pertinentes à pauta da Conferência Nacional dos Bancários, buscando com isso fomentar o debate entre os bancários sobre questões como remuneração, emprego, Participação nos Lucros e Resultados (PLR), igualdade de oportunidades e tratamento, saúde e condições de trabalho, segurança bancária, papel do sistema financeiro nacional e liberdade sindical. Como sempre, o desafio é romper com a mesmice, para, assim, abrir espaço ao tempo de fazer.◀

CONECEF

27



Valor e dignidade para quem dá sustentação à Caixa



FENAE



CONTRAF

O 27º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa (Conecef) será realizado nos dias 9 e 10 de julho, em São Paulo. Realizado anualmente pela Contraf/CUT, com apoio da Fenae, o Conecef é uma importante instância de deliberação do movimento dos trabalhadores da Caixa, pois define a pauta de reivindicações a ser levada à mesa de negociações permanentes com a empresa, assim como a estratégia e o calendário de mobilização.



Fenae comemora **40 anos** de lutas e promoção do bem-estar dos empregados da Caixa



A festa de 40 anos da Fenae, realizada na sede social da Apcef/DF em Brasília, no dia 31 de maio, foi marcada por muita emoção e reuniu várias gerações de empregados da Caixa. Além da presença de todos os membros da atual diretoria, o evento contou com a participação de cinco ex-presidentes da Federação, presidentes e diretores das Apcefs, e de lideranças sindicais e políticas.

O aniversário da Fenae reuniu, ainda, cerca de 50 ex-diretores que vieram de todos os estados brasileiros, e os empregados da Federação e do Grupo PAR. Ao todo, foram cerca de 450 convidados e seus acompanhantes. A festa foi uma homenagem da atual diretoria a todos que ajudaram a construir a entidade. A rica história de 40 anos da Federação foi retratada em vídeo institucional, que foi exibido durante a cerimônia, e em edição especial da revista **Fenae Agora**.

O clima de confraternização do evento refletiu o que a Fenae tem sido nessas quatro décadas: agente de promoção do bem-estar e das lutas e conquistas dos trabalhadores da Caixa. Uma data tão especial que ficou registrada em dois produtos filatélicos. A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) lançou, durante a festividade, o selo postal personalizado e o carimbo comemorativo dos 40 anos.



Vaumik Ribeiro da Silva e Maria Aparecida Diniz Almeida, ex-diretores da Fenae; Wellington Dias, Senador/PT-PI; e José Áureo de Oliveira, presidente do CDN



Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT); José Gabrielense Gomes Duarte, ex-presidente da Fenae; Carlos Alberto Caser, presidente da Funcef e ex-presidente da Fenae; José Áureo de Oliveira Júnior, presidente do CDN; Pedro Eugenio Beneduzzi Leite, presidente da Fenae; Carlos Augusto Borges, ex-presidente da Fenae; Sergio Nunes da Silva, ex-presidente da Fenae; José Carlos Alonso, ex-presidente da Fenae

Clotário Cardoso, pres. Seeb/BH; Jair Pedro Ferreira, vice-pres. da Fenae; Eliana Brasil, diretora Seeb/BH; Plínio Pavão, Contraf CUT; Alexandre Cabral, empregado da Caixa; Maurício Alvim, ex-diretor Apcef/SP; Carlos Balduino, assessor da CUT; Wagner Freitas, tesoureiro da CUT e Fernando Neiva, diretor Seeb/BH



Luis Augusto Mitoso, presidente da AEA/AM; Paulo Roberto da Costa, presidente da Apcef/AM; e Isan Guimarães, presidente da Apcef/PA



Sérgio Hiroshi Takemoto, presidente da Apcef/SP; Fabiana Matheus Meneguele, diretora de Administração e Finanças da Fenae; Valmir Gôngora e Maurício Alvim, ex-presidentes da Apcef/SP

João Carlos Garcia (Caixa); Isabel Ferreira Gomes, Advogada da Caixa; Roseane Coelho Braga, ONG Moradia e Cidadania; Camilo Godoy(Caixa Seguros); Pedro Eugenio Leite, presidente da fenae



Percival Santana Campos, empregado da Caixa; Ely Custódio Freire, diretora de Cultura da Fenae; e Osmar Mavignier Correia, empregado da Caixa



A festa dos 40 anos da Fenae foi um encontro de várias gerações que ajudaram a construir essa história. Na foto, alguns fundadores e ex-presidentes da Federação



Diretores da Fenae e convidados acompanharam a exibição do vídeo comemorativo dos 40 anos



Posse da Diretoria da Fenae

Ousadia. Esta deve ser a marca da gestão da nova diretoria da Fenae para o triênio 2011/2014, segundo afirmou o presidente reeleito Pedro Eugênio Leite, durante a solenidade de posse ocorrida no dia 3 de maio, na Apcef/DF. O evento reuniu cerca de 400 pessoas, entre lideranças políticas, sindicais e associativas, gestores e empregados da Caixa, dirigentes da Funcef, além dos 27 presidentes das Apcefs.

“Temos que sonhar e ousar, porque se não conseguirmos ousar em nossos sonhos, não seremos ousados em nada”, disse Pedro Eugênio. Entre os desafios apontados para a nova gestão, ele destacou o fortalecimento das parcerias com os aposentados e com o movimento sindical bancário, para fazer avançar as lutas e as conquistas dos trabalhadores da Caixa.

Caixa faz uso ostensivo do **voto de minerva** na Funcef

O voto de minerva nos órgãos colegiados dos fundos de pensão é, por si só, uma excrescência. Limita o processo de democratização das fundações à composição paritária das instâncias de gestão, tornando inalcançável o estabelecimento de gestões efetivamente compartilhadas

Nas Diretorias Executivas, o presidente é sempre um membro indicado pelas patrocinadoras e é dele o voto de minerva. Nos Conselhos Deliberativos, onde se dão as decisões de maior relevância, a presidência com poder discricionário é atribuída a um dos representantes da patrocinadora. Aos conselheiros eleitos pelos associados, cabe a mesma prerrogativa nos Conselhos Fiscais.

Para as representações dos associados, trata-se de entulho autoritário a ser removido pela mobilização dos trabalhadores, os grandes prejudicados por decisões unilaterais das patrocinadoras dos fundos de pensão. “A necessidade de se combater esse despropósito que é o voto de minerva é ainda mais premente quando a sua utilização torna-se ostensiva, como tem sido no Conselho Deliberativo da Funcef”, diz a conselheira eleita Fabiana Matheus.

Só este ano, a Caixa exercitou a arbitrariedade por quatro vezes no âmbito do Conselho Deliberativo da Funcef. Em duas delas, decidiu prorrogar o segundo mandato do então presidente da Fundação. Na primeira oportunidade, a prorrogação por um mês foi à votação, mas na segunda, para mais 30 dias, sequer houve apreciação prévia do CD – foi decidida por ato “*ad referendum*”, sob protesto dos conselheiros eleitos.

No dia 30 de março último, a patrocinadora impediu que os benefícios dos aposentados fossem reajustados em 3,57%, índice que havia sido aprovado pela Diretoria Executiva e que vinha sendo defendido pelos representantes dos associados. Pela força do voto de minerva, impôs reajuste de 2,33%.



“A necessidade de se combater esse despropósito que é o voto de minerva é ainda mais premente quando a sua utilização torna-se ostensiva”.

No dia 15 de junho, a Caixa aprovou uma esdrúxula fórmula de quarentena para atender pedido de dois ex-dirigentes. Só não usou o voto de minerva porque não houve necessidade - um dos conselheiros eleitos teve problema de saúde, não pode participar da reunião e não houve tempo de substituí-lo pelo suplente. Mas ficou evidente que o poder arbitrário seria exercido se a circunstância fosse adversa à prevalência da vontade da patrocinadora.

A Caixa lançou mão do voto de minerva em diversas outras oportunidades. Foi assim quando o CD decidiu, lá no início de 2009, pelo aumento de contribuições para o REG/Replan não-saldado e, ato contínuo, se posicionou contra a proposta dos conselheiros eleitos de mudança do método de custeio do plano - a patrocinadora só veio a admitir a alteração do método de custeio do REG/Replan não-saldado, sem aumento nas contribuições, dois anos depois, na última reunião do CD em 2010.

O mesmo ocorreu na reabertura do saldamento do REG/Replan pela quarta vez, quando não havia mais qualquer razoabilidade naquela medida, e na recusa ao acatamento de recursos de participantes que buscavam revisão de benefícios.

A conselheira eleita Fabiana Matheus expressa o sentimento de quem vivencia a inflexibilidade da Caixa nas reuniões do Conselho Deliberativo, uma indignação que, certamente, é compartilhada por todos os associados da Funcef: **“Não existe nada pior que ser vencido pelo voto de minerva. Não há debate, não há argumento. Há apenas a imposição da vontade da patrocinadora em detrimento dos interesses dos participantes.”**

Fabiana aponta duas frentes de combate ao voto de minerva. Uma pela “ampliação das restrições estatutárias ao uso desse expediente”. O estatuto da Fundação já o impede nos seguintes casos: alteração de estatuto; implantação, alteração ou extinção de regulamentos de planos de benefícios; e retirada de patrocinador. A outra está no âmbito do Congresso, “onde as representações dos associados devem buscar alteração da lei, iniciativa que requer articulação política e capacidade de pressão”.<



Conforto e bem-estar você encontra na **Apcef/MA**

Na capital maranhense, os empregados da Caixa mantêm uma confortável associação que oferece bem-estar a todos os seus frequentadores. A Apcef/MA foi fundada em 22 de julho de 1958. A atual sede da associação foi inaugurada em 1979 em uma área de aproximadamente 40 mil m², localizada no bairro do Calhau, área nobre de São Luís

A mais recente obra de grande porte foi inaugurada em dezembro de 2010: o Ginásio Poliesportivo Charles Robert. O nome é uma homenagem a Charles Robert Rabelo, ex-presidente da associação maranhense, que faleceu em novembro de 2007, após sofrer acidente de carro.

A obra foi iniciada em maio de 2009, com custos de R\$ 750 mil. Desse total, a Fenaef destinou R\$ 250 mil e emprestou outros R\$ 200 mil. O restante provém de recursos próprios da associação. O ginásio é um marco na história da Apcef/MA e contempla antiga reivindicação dos quase 1.800 associados da entidade.

A presidente da Apcef/MA, Giselle Maria Araujo Menezes, destaca que “os treinos para os Jogos do Nordeste já estão sendo feitos no novo ginásio. Antigamente a gente precisava buscar outro espaço para os treinos, principalmente no período de chuvas.” Segundo Giselle, a diretoria está estudando um projeto para oferecer aos associados aulas de basquete, vôlei e futsal no ginásio.

Infraestrutura

A Apcef/MA possui ampla área verde, campos de futebol society, quadras de tênis, piscina e sala de jogos, e mantém uma sede campestre, em Imperatriz (MA). Os associados das Apcefs de outros estados podem se hospedar nos chalés: consulte informações sobre preço e reservas no site da associação: www.apcefma.org.br



Circuito Cultural premia redações sobre “bullying”

O concurso foi voltado para filhos e filhas de empregados da Caixa e teve 46 inscritos

Fazer campanhas de conscientização nas escolas e em empresas, discutir o assunto na família, buscar a paz e vida saudável para todos os indivíduos. Estas foram algumas das medidas recomendadas para combater o “bullying” por autores de textos inscritos no concurso Redação Fenae 2011. Os adolescentes demonstraram que estão por dentro do assunto, abordando desde os fatores que motivam sua prática até estudos sobre o tema.

As redações foram avaliadas pelos jurados Roberto Klotz, Cristina Mendonça de Andrade e Nayara Danielle Leão. Dos 46 textos inscritos, as estudantes Lucilia Fraissat Santana e Lara Maria Santos Imbiriba ficaram em primeiro lugar nas categorias A (15 a 18 anos) e B (11 a 14 anos).

A premiação em pontos será dada aos pais ou mães dos participantes, que poderão trocá-los por prêmios no portal www.mundocaixa.com.br. O resultado completo do concurso está no hot site www.fenae.org.br/cc/redacao2011.<



Lara Maria Santos Imbiriba foi a primeira colocada na categoria B



Troféu entregue às vencedoras do Concurso Redação Fenae



Lucilia Fraissat ficou em primeiro lugar na categoria A

Crônica e Desenho

Outros dois concursos do Circuito Cultural estão em andamento: Crônica – “Sua história com a Fenae- Fenae 40 anos” com inscrições até 29 de julho, e Desenho Infantil, cujo prazo termina em 9 de agosto. Confira o regulamento destes concursos no portal da Fenae: www.fenae.org.br



Comemorações dos 40 anos marcam a Corrida

Este ano, a Corrida do Pessoal da Caixa reuniu associados das Apcefs, e seus familiares, de Norte a Sul do país, numa grande festa esportiva que marcou as comemorações dos 40 anos da Fenae

Com animação e espírito esportivo, centenas de empregados da Caixa foram às ruas no dia 29 de maio para participar da 3ª Corrida do Pessoal da Caixa e comemorar os 40 anos da Fenae. Em algumas capitais, os corredores enfrentaram frio e chuva, o que não tirou a beleza da festa. Depois da atividade, os esportistas homenagearam a Federação com bolo e o tradicional “Parabéns para você”.

Três Apcefs anteciparam a data da prova: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (15, 22 e 28 de maio). A corrida é realizada desde 2009 pelas Apcefs com patrocínio da Fenae, visando estimular a prática de esporte e lazer entre seus associados. A iniciativa tem dado certo. A cada ano mais empregados ativos e aposentados se rendem ao convite e participam do evento.



do Pessoal da Caixa

A celebração do esporte atrai também os filhos e filhas dos associados. Este ano, algumas associações abriram inscrições para modalidade infantil. Mais uma vez os associados das Apcfs de todo o país tiveram um momento especial de confraternização. Nas ruas das cidades, praias ou em áreas verdes, os atletas mostraram muita disposição. Mesmo entre os estreados, o clima era de empolgação.

O aposentado e associado da Apcef/PR, Amilton Stelmak, 61 anos, participou pela primeira vez da competição e correu os 5 quilômetros em 31min38seg, ficando em terceiro lugar em sua categoria. “Estou me sentindo mais disposto e a atividade é ótima para quem tem diabetes, como eu”, enfatizou.

Esporte e consciência ambiental também andam juntos. No Pará, ao invés da corrida, uma caminhada ecológica no Parque Ambiental de Ananideua, na região metropolitana de Belém, mobilizou os empregados da Caixa. <

JOGOS REGIONAIS

Foi dada a largada para os Jogos Regionais. As disputas começaram em junho (de 22 a 26) com a realização dos Jogos do Sul e Sudeste, em Belo Horizonte (MG). O evento contou com a participação de cerca de mil atletas em modalidades individuais e coletivas como futebol society, futsal, vôlei de quadra, vôlei de areia, basquete, atletismo, natação, tênis de campo, tênis de mesa, jogos de salão, entre outros.

Enquanto os atletas do Sul e Sudeste curtem as emoções de ter participado da competição, os esportistas das outras regiões intensificam os preparativos para as demais disputas regionais, que acontecerão em setembro: Jogos do Norte, de 3 a 7 em Boa Vista (RR); Centro-Oeste, de 7 a 11 em Goiânia (GO); e do Nordeste, de 7 a 11, em Maceió (AL). Os Jogos Regionais acontecem a cada dois anos, intercalados com os Jogos da Fenae, e são organizados pelas Apcefs, com apoio da Fenae.



Os diretores eleitos da Funcef, Renata Marota e José Carlos Alonso, durante evento do Movimento Solidário



Movimento Solidário inaugura polo de confecção em Caraúbas (PI)

A prefeitura de Caraúbas, no Piauí, vai inaugurar no dia 30 de junho o primeiro minipolo de confecção da região norte do Estado. O projeto, financiado pela campanha de arrecadação Doce Parceria, do Mundo Caixa, prevê a geração de 100 empregos e o aumento de renda da população.

A campanha, realizada durante o ano de 2010, arrecadou R\$ 57 mil para a construção do minipolo de confecção. As doações foram realizadas pelos empregados cadastrados no Mundo Caixa por meio

da doação de pontos que foram revertidos para financiar o projeto.

Caraúbas foi a cidade escolhida como sede de investimentos para melhoria do índice de desenvolvimento humano, infraestrutura, educação e crescimento econômico, de acordo com as Metas do Milênio da ONU, pelo projeto Movimento Solidário, em 2006. O projeto estabeleceu metas de desenvolvimento para serem cumpridas em dez anos. O Grupo PAR e a Fenae são parceiros do Movimento Solidário na construção de um país melhor.◀



A Fenae e o Grupo PAR apresentaram as transformações que o Movimento Solidário realizou em Caraúbas (PI) e no Lar das Crianças de Petrópolis (RJ), durante evento ocorrido no Teatro da Caixa Cultural, no dia 16 de maio

Anísio Teixeira

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública.”

O professor Anísio Spínola Teixeira é um dos mais importantes pensadores da educação brasileira. Baiano de Caetitê (12 de julho de 1900), se tornou inspetor-geral do Ensino na Bahia aos 24 anos. Em 1928, estudou na Universidade de Columbia (Nova York), onde foi aluno de John Dewey, filósofo que influenciou muitos educadores do mundo com a corrente do pragmatismo.

Em 1932, Anísio Teixeira assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que preconizava a educação pública, universal, gratuita e laica. Em 1946, assumiu o cargo de conselheiro da ONU para Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

Por sua atuação, foi chamado de populista, estatizante e ateu. Apesar das críticas, influenciou educadores renomados, como Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Foi mentor da universidade do Distrito Federal, ainda no Rio de Janeiro, e da UnB em Brasília, da qual era reitor quando houve o golpe militar de 1964. Foi afastado, embarcou para os Estados Unidos com autorização do presidente Castello Branco e só retornou ao Brasil no final de 1966.

No dia 11 de março de 1971, deixou a sede da Fundação Getúlio Vargas, rumo ao apartamento de Aurélio Buarque de Holanda, onde não chegou. Foi encontrado morto no poço do elevador do edifício em que morava o escritor. A família suspeita de que ele possa ter sido vítima da repressão do então governo militar do general Emílio Garrastazu Médici.

Escreveu vários livros defendendo a renovação do sistema educacional, em bases democráticas e atendendo à formação das classes menos favorecidas. Deixou, assim, sua marca como pensador e político revolucionário da educação no Brasil.◀



Pedale por Virgínia e conheça as belezas da **Serra da Mantiqueira**

Férias de julho chegaram e você não programou nenhuma viagem. Que tal fugir da agitação dos centros turísticos e ir para uma região tranquila, cercada de verde e leve friozinho? Gostou ? Então, vá para Virgínia, cidade no sul de Minas Gerais, lá na Serra da Mantiqueira. O lugar é repleto de atrativos naturais, oferecendo aos turistas cachoeiras, riachos, picos, bosques de araucárias, além de floresta de mata atlântica.

Virgínia é um convite à prática de esportes como caminhadas e passeios de bicicleta. Possui cerca de 500 quilômetros de estradas de terra que levam a paisagens

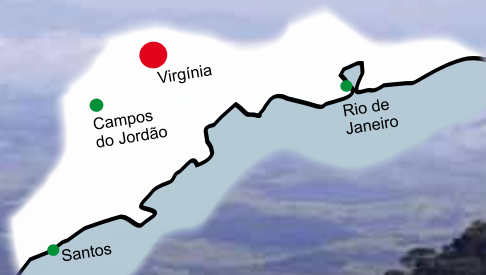
Fotos: Sérgio Mourão-Acervo Atam



de beleza singular. A região oferece muitas opções de rotas para pedalar e todas levam a cenários que saltam aos olhos, como a Serra do Ministério e a Rachadura, onde impressiona a exposição espontânea de rochas de granito.

A prática de mountain bike começou nos anos 1990, mas foi a partir de 2001 que a região ficou mais conhecida com a realização de competições nacionais do esporte. Depois de muitas pedaladas, a dica é tomar banho nos riachos ou cachoeiras como a do Caeté ou a Cachoeira Grande, que possui uma pedra em forma de cálice. Tudo isso está perto dos três maiores centros urbanos do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

Com cerca de oito mil habitantes, Virgínia completará 100 anos em 30 de agosto. O nome tem origem na devoção de sua gente à Virgem Nossa Senhora da Conceição. Inicialmente, foi denominada Virgínea, mas com o passar dos anos o nome foi popularizado e virou Virgínia. A cidade está investindo, atualmente, no turismo, com construções de hotéis-fazendas e pousadas.◀



Como Chegar:

BR 381 - Rodovia Fernão Dias
BR 040 - Rodovia Juscelino Kubistchek
BR 116 - Via Dutra

Passeios:

O Sampa Bikers realiza passeios de mountain bike na região, entre os meses de junho a agosto. Mais informações no site do clube: www.sampabikers.com.br

Informações:

Prefeitura Municipal de Virgínia: 35- 3373-1103
Associação do Circuito Turístico Terras Altas da Mantiqueira
(35) 3361-3046 / circuitoterrasaltas@gmail.com
www.terrasaltasdamaniqueira.org.br

O país do futuro chegou ao futuro

Há dois assuntos palpitando no momento: legalização de drogas proibidas e autoestima dos brasileiros



Li na Carta Capital (22.jun.2011) “O poder emergente”, sobre a ascensão de 17 milhões de brasileiros à nova classe média, reportagem seguida de entrevista com Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social, que trabalha para tirar do limbo os restantes 16 milhões de famélicos.

Noutros periódicos, contudo, leio que há crise no governo, na base aliada, na educação, cultura, judiciário. Parece que falam de países diferentes. Mas, como os que só enxergam defeitos não são perfeitos na sua imperfeição, se veem obrigados a publicar coisas como: “Reino Unido e Brasil, novas oportunidades”, em que o vice-primeiro-ministro britânico Nick Clegg apoia “ativamente” nossa pretensão a um assento no Conselho de Segurança da ONU; e importante jornal fluminense tem que dar na primeira página nossa melhora no quesito dívida externa: estamos entre os oito países mais cotados por investidores estrangeiros.

Então, me escreve a sobrinha Hena Helena. Aos 19 anos, por volta de 1990, Hena vendeu o carro usado que o pai lhe deu e rumou para a Itália, desesperançada do Brasil. Neta de italianos, obteve a cidadania, formou-se enfermeira, desposou um italiano e com o marido, pequeno empresário, leva e proporciona vida decente ao casal de filhos. Poderia dar-se o caso de lhe ser indiferente o destino da antiga pátria. Nada disso. Eles vêm ao Brasil uma vez por ano, e olhe a mensagem que me enviou:

“Que o Brasil é o melhor país do mundo não há dúvida, o problema são algumas pessoas (políticos) que deixam o país num buraco de corrupção. Nem tudo é perfeito, que pena!” Hena cita “uma escritora holandesa” que fala do Brasil e o compara com a Holanda e outros países:

“Todo lugar tem seus pontos positivos e negativos, mas no exterior eles maximizam os positivos, enquanto no Brasil se maximiza os negativos”, diz a escritora, exemplificando que na Holanda e nos Estados Unidos “os resultados das eleições demoram horrores porque não há nada automatizado”.

Mas o que tem a ver drogas com isso? Os EUA proibiram um monte de drogas unilateralmente e o mundo aderiu. E agora, aqui um ex-presidente, FHC, lidera movimento pela descriminalização, secundado nada menos que pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou legal passeata pela liberação da maconha, enquanto nos EUA e parte da Europa segue a fracassada Guerra às Drogas. Como dizia um compositor popular do início do século 20, saudando Santos Dumont e seu voo no 14-Bis, “mais uma vez a Europa se curva ante o Brasil”.

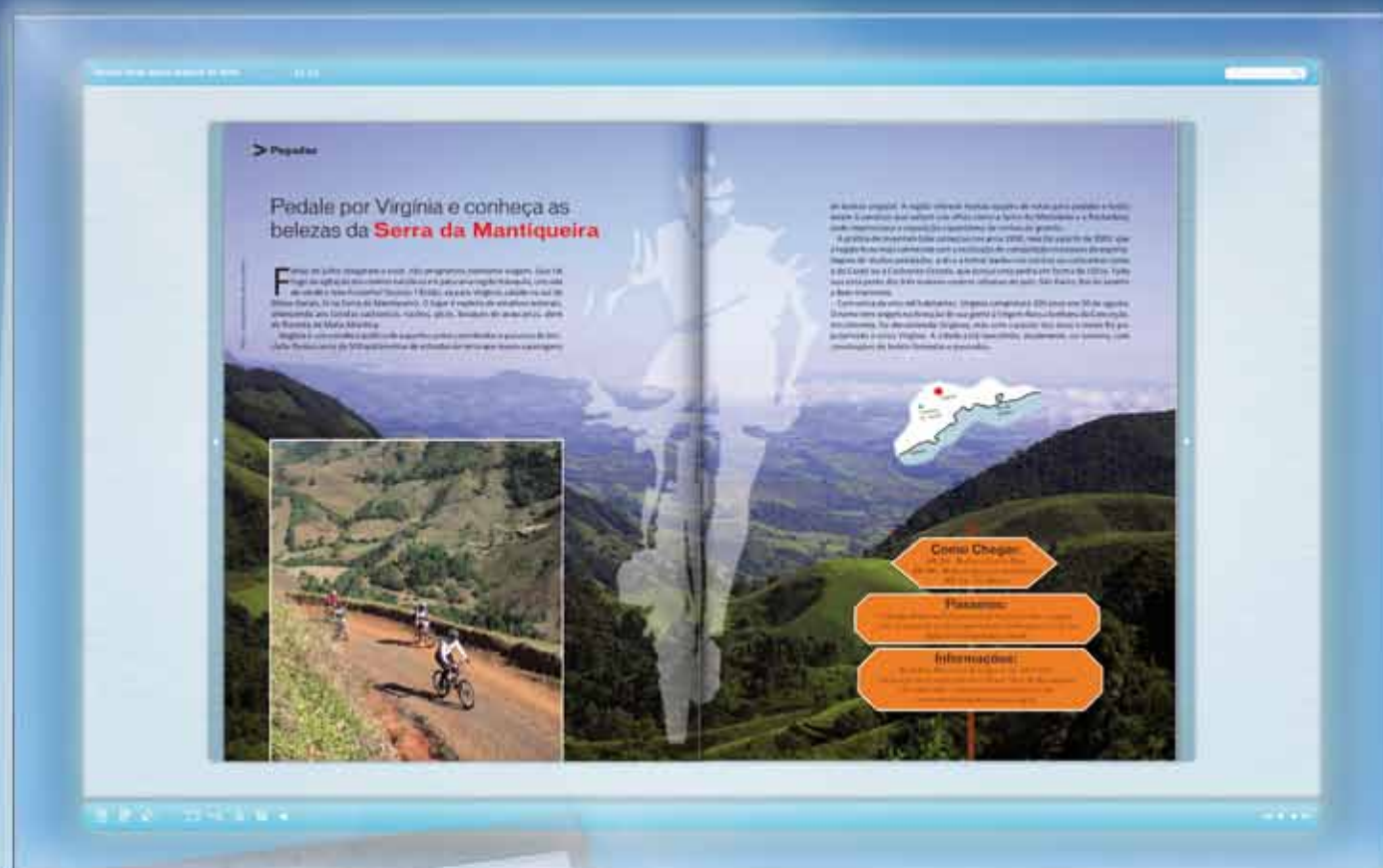
Hena escreve: “Como brasileira que vive no exterior, posso dizer que nos últimos anos tenho só orgulho de pertencer a este país maravilhoso.”



Amancio Chioldi

Mylton Severiano é jornalista e escritor.

A sua revista Fenae Agora em ótima qualidade digital



Acesse a revista on line de qualquer computador ou smartphone. O mesmo conteúdo da revista impressa, agora com opções para folhear, ampliar ou imprimir as matérias.

www.fenae.org.br



A reprodução em smartphone só é possível em aparelhos com suporte ao flash.



Encontro Nacional de Blogueiros

De 17 a 19 de junho, o 2º Encontro Nacional de Blogueiros Progressistas reuniu mais de 500 pessoas em Brasília, de 21 estados da federação. O evento também foi transmitido pela internet, registrando mais de 30 mil acessos. O encontro contou com a presença do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que reconheceu a importância dos blogs nas eleições de 2010 como um contraponto à imprensa tradicional: “Vocês (blogueiros) evitaram que a sociedade brasileira fosse manipulada como durante muito tempo foi. Vocês evitaram que os chamados falsos formadores de opinião pública que, às vezes, não convencem nem quem está em casa assistindo, ditassem regras.”

Ao final do evento, os participantes publicaram uma carta defendendo um novo marco regulatório dos meios de comunicação, a implantação de um Plano Nacional de Banda Larga, que atenda ao interesse público, com internet de alta velocidade para todos os brasileiros, e a liberdade na internet. Acesse a carta na íntegra no site do Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé: <http://migre.me/55TTL>



Pendrive virtual

Se você precisar de um pendrive de emergência para armazenar música, jogos, fotos ou outros arquivos que queira acessar mais tarde ou até mesmo em outra máquina, experimente o site <https://www.opendrive.com>. Na versão gratuita desse serviço, é possível armazenar até 5 GB de memória e tráfego de 1 GB por dia. A dica para melhor utilizar o serviço é instalar o aplicativo que cria uma unidade virtual de armazenamento de dados em seu computador, facilitando a transferência dos arquivos.



Vaquinha

Para angariar fundos, seja para comprar um presente, seja para organizar um evento, uma boa dica é o site <http://www.vakinha.com.br>. Em tempos de militância virtual, essa ferramenta é uma boa pedida para arrecadar dinheiro on line, de forma rápida, segura e gratuita. O site ainda conta com dispositivos que ajudam na divulgação via twitter, facebook e redes sociais.



MÚSICA TEM TUDO A VER COM ALEGRIA.
BASTA ESCUTAR UMA NOTA E AS
CRIANÇAS SORRIEM DE ORELHA A ORELHA.

A campanha do MCPC 2011 já começou.
Acesse www.mundocaixa.com.br/mcpc
e ajude a espalhar sorrisos para muitas
outras ONGs do Brasil. Participe.

Movimento Cultural do
Pessoal da CAIXA
mcpc

EU  **espelho cultura**
inspiro o Brasil



Participe desta promoção e deixe o seu clube de amigos cada vez maior



Indique amigos e ganhe cupons para concorrer

Acesse www.mundocaixa.com.br/clubedeamigos

É fácil participar do Clube de Amigos, basta indicar um colega para visitar a Apcef.

O amigo indicado poderá acessar a página da campanha, escolher uma data e imprimir o passaporte para visitar a Apcef do seu estado de lotação.

Caso o seu indicado se associe, vocês receberão cupons para concorrerem aos prêmios mensais e um carro zero km no final da promoção. São vários prêmios no valor de 50 mil pontos no Mundo Caixa, para você se divertir com os amigos e a família.

Tudo isso com as vantagens de participar do movimento associativo e de ter locais cada vez mais estruturados para práticas esportivas e sócio-culturais, à disposição dos associados e de seus dependentes.